

GRAMSCI E AS CULTURAS COMUNISTAS ARGENTINA E BRASILEIRA: TRILHAS EDITORIAIS EM CONTRAPONTO

Camila Góes¹

Resumo: A enorme difusão dos escritos gramscianos na América Latina acompanhou uma precursora trajetória editorial – foi neste continente que os *Cadernos do Cárcere* apareceram pela primeira vez traduzidos ao espanhol, entre 1958 e 1962, bem como ao português, alguns anos depois, entre 1966 e 1968. Ao longo dos anos 1960, portanto, o conhecimento da obra de Gramsci se tornava gradativamente significativo, percorrendo caminhos singulares na Argentina e no Brasil. Este artigo apresentará a formação das revistas *Pasado y Presente* e *Presença* a partir dos nexos possíveis da relação entre seus projetos editoriais e as específicas recepções da obra de Gramsci na Argentina e no Brasil.

Palavras-chave: Gramsci; Comunismo; Intelectuais; Argentina; Brasil.

Abstract: The enormous diffusion of Gramscian writings in Latin America followed a pioneering editorial trajectory – it was in this continent that *Prison Notebooks* appeared for the first time translated into Spanish, between 1958 and 1962, as well as into Portuguese, a few years later, between 1966 and 1968. Throughout the 1960s, therefore, the knowledge of Gramsci's work became gradually significant, following unique paths in Argentina and Brazil. This article will present the formation of the journals *Pasado y Presente* and *Presença* from the possible nexus of the relationship between their editorial projects and the specific receptions of Gramsci's work in Argentina and Brazil.

Keywords: Gramsci; Communism; Intellectuals; Argentina; Brazil.

1. INTRODUÇÃO

Na América Latina, Gramsci foi lido e assimilado em função das tradições culturais da esquerda e movimentos populares (Kanoussi, 2011, p. 13). Ou seja, as leituras latino-americanas se deram segundo diversas posições políticas e suas tradições. Foi na Argentina, no âmbito do Partido Comunista Argentino (PCA), a primeira tentativa orgânica de inserção do pensamento de Gramsci na América Latina. Os escritos gramscianos foram traduzidos para o espanhol já nos anos 1950 com as edições Lautaro das *Cartas desde la cárcel* e dos *Cuadernos de la cárcel*, e através do periódico argentino comunista *Cuadernos de Cultura* sob a direção de Hector Agosti. Essa tradução e difusão em espanhol assumiria dimensões que dificilmente encontrariam paralelo em outras áreas linguísticas (Aricó, 1993 [1985], p. 26).

Gramsci chegava na Argentina nos anos 1950 – marcados pela ascensão do peronismo e pelo golpe militar de 1955 – junto às intervenções de Palmiro Togliatti. Para além da interlocução entre comunistas, Gramsci entrava também através dos exilados do fascismo, que introduziram no país as obras de Rodolfo Mondolfo, Renato Treves, Benedetto Croce e Francesco de Sanctis (Aricó, 2005, p.94). O projeto editorial cordobês da revista *Pasado y Presente* lançado em 1963 reuniu um núcleo de gramscianos associados a Agosti – Oscar del Barco, Samuel Kieczkovsky, Héctor Schmucler e José Aricó. Inicialmente a revista contou, portanto, com o apoio do PCA, que financiou os primeiros dois números. O nome do grupo foi escolhido simultaneamente por Aricó e Juan Carlos Portantiero, que acompanhava o grupo em Buenos Aires (Aricó, 2014 [1986], p. 21). Extraído do título de algumas

¹ É doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

notas de Gramsci, o grupo explicitava desde o início a sua principal fonte de inspiração teórica e política. No primeiro número da revista, que compreendeu o trimestre de abril a junho de 1963, à apresentação feita por Aricó precedia uma destas notas:

Passado e presente. Como e porque o presente é uma crítica do passado, bem como é sua “superação”. Mas o passado deve por isso ser jogado fora? É de se jogar fora aquilo que o presente criticou “intrinsecamente” e aquela parte de nós mesmos à qual isso corresponde. O que isto significa? Que devemos ter consciência exata desta crítica real e lhe dar uma expressão não só teórica, mas política. Ou seja, devemos ser mais aderentes ao presente, que nós mesmos contribuimos para criar, tendo consciência do passado e do seu continuar-se (e reavivar-se) (C. 1, § 156, p. 137, *grifos do autor*).²

Aplicado à realidade argentina, isto significava partir das exigências impostas pela nova geração, sem por isso desconhecer ou negar o que havia sido feito até então, e incorporar à análise a “urgente e poderosa instância que nos impulsiona em forma permanente a refazer a experiência dos outros, a construir nossas próprias perspectivas” (Aricó, PyP 1, 1963, p.1).³ Esta era, por consequência, a expressão de um grupo de intelectuais “que se esforçando por aplicar o materialismo histórico e incorporando as motivações do presente, tentará soldar-se com um passado ao qual não repudia em sua totalidade, mas que tampouco aceita na forma na qual se oferece” (ibid., p.2). O conteúdo da revista não foi bem recebido pelo PCA e o grupo liderado por Aricó em Córdoba e por Portantiero em Buenos Aires foi expulso do partido em 1963.

A expulsão se deu, segundo a síntese de Aricó – em entrevista a Horácio Crespo e Antonio Marimón – primeiramente porque a revista criticava a posição do PCA frente ao peronismo, por não ter conseguido enxergar os elementos novos e necessários que a concepção política peronista introduzia, entendendo-a como um fenômeno de “primitivismo das massas” que poderia ser liquidado com a aplicação de uma “política culta”. Em segundo lugar, por não ter compreendido que essa atitude frente ao peronismo impediu o partido de observar, ao mesmo tempo, que uma política de conquista destas massas passava necessariamente por um reexame de toda a situação nacional e pela busca de um novo tipo de vinculação entre mundo intelectual e mundo proletário e popular (Aricó, 2014 [1986], p. 24). Sem vinculação partidária, e ao mesmo tempo seguindo um caminho aberto por Agosti, o grupo *Pasado y Presente* seguiu sua atividade – continuou a publicar a revista até 1965, sendo retomada em 1973, quando dois de seus números são publicados em Buenos Aires.

Neste interregno de quase uma década, o grupo editorial permaneceu bastante ativo através da publicação dos *Cuadernos Pasado y Presente* que resultou em quarenta e oito volumes entre traduções e organizações de livros.⁴ Também em meados dos anos 1950, Gramsci foi introduzido ao pensamento comunista no Brasil como parte de um tímido processo de abertura iniciado com a publicação do relatório de Khrushchev sobre os crimes de Stalin em 1956 (cf. Dias, 1996). Segundo Lincoln Secco (2002, p. 27), a referência ao marxista sardo teria ficado restrita aos jornais e revistas do Partido Comunista Italiano (PCI) que chegavam ao Brasil ao longo dos anos 1960 (Secco, 2002, p.27). Foi neste período que se encontraram as primeiras edições da obra gramsciana, tendo Carlos Nelson Coutinho como principal tradutor.⁵ Já nos anos 1970, os conceitos gramscianos começaram a

² Utilizaremos a edição crítica dos *Cadernos do Cárcere*, organizada por Valentino Gerratana e publicada em 1975 na Itália. Citaremos da seguinte forma: C. “X”, para o número do Caderno, § “Y”, para o parágrafo, e p. “Z” para a página na referida edição. Todas as traduções do italiano, do inglês e do espanhol serão realizadas pela autora.

³ Citaremos a revista *Pasado y Presente* como PyP “X”, “Y” para indicar, respectivamente, o número da revista e o ano de publicação.

⁴ Os *Cuadernos* continuariam a ser publicados por mais uma década, incluindo o período de exílio mexicano, resultando ao todo noventa e oito volumes em 1983 (cf. Burgos, 2004, Cortés, 2015, pp.64-71).

⁵ “Em 1966, foi publicado o primeiro dos volumes projetados (*Cartas do cárcere*) e, a seguir, *Concepção dialética da história* (1966), nome escolhido para burlar a censura; *Literatura e vida nacional* (1966); *Maquiavel, a política e o Estado moderno* (1968); e *Os intelectuais e a organização da cultura* (1968). Luiz Mario Gazzaneo traduziu o primeiro dos volumes dos *Cadernos do cárcere* e Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, os demais. Tanto o editor-proprietário da Civilização Brasileira como os tradutores dessa edição tinham vínculos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB)” (Bianchi,

ser usados para repensar a cultura e a política brasileiras. A analogia histórica centrada na categoria de revolução passiva teria centralidade nos estudos realizados por Luiz Werneck Vianna e Carlos Nelson Coutinho.

Empenhados em esclarecer os nossos “traços não clássicos”, a categoria gramsciana continuaria a ter centralidade nos textos dos gramscianos brasileiros ao longo dos anos 1980. Foi nesta década que surgiram os primeiros estudos dedicados propriamente ao pensamento do marxista sardo (Coutinho, 1981), acompanhando o “particularíssimo” processo de abertura democrática que iria demarcar toda a experiência social brasileira (Nogueira, 1985, p.134).⁶ Foi então que se formou a revista *Presença*, com Vianna e Coutinho entre os seus principais colaboradores. Inserida numa miríade de publicações em meio à esquerda brasileira, a revista reunia um grupo de intelectuais comunistas oriundos sobretudo do PCB. Apesar do espírito renovador, Armênio Guedes afirmava na carta editorial que a *Presença* pretendia “dar continuidade à tradição de outras publicações brasileiras que, no passado, mantiveram laços estreitos e foram porta-vozes do movimento operário e revolucionário, tais como *Movimento Comunista, Literatura, Diretrizes, Fundamentos, Estudos Sociais, Revista Brasiliense*, etc.” (Guedes, P. 1,1983, p.8).

Inicialmente, o centro produtor da revista *Presença* localizava-se na cidade de São Paulo, sob coordenação editorial de Marco Aurélio Nogueira e com o auxílio de Milton Lahuerta, que em 1985 passou a assumir a editoria. Em 1986, a revista se transferiu ao Rio de Janeiro, passando logo depois à editoria de Maria Alice Rezende de Carvalho. Nesse novo período, Luiz Werneck Vianna assumiria um papel central. Os dezoito volumes da revista foram publicados entre 1983 e 1992. Separada em eixos de política e cultura, a revista tratou de forma recorrente do problema da democracia e da renovação da esquerda, o que estava intimamente ligado ao contexto de redemocratização pelo qual passava o país.

2. GRAMSCI E O COMUNISMO ARGENTINO: A FORMAÇÃO DE PASADO Y PRESENTE

Gramsci não talvez não teria encontrado tanto destaque se não fosse o trabalho de Hector Agosti, responsável pelo esforço inicial em tornar Gramsci conhecido entre comunistas argentinos e, conseqüentemente, demais latino-americanos. Foi sua a proposta de editar os *Cadernos* pela Lautaro,⁷ bem como a encomenda da tradução e os cuidados da edição dos mesmos. Além disso, é de sua autoria o primeiro livro de interpretação da história argentina apoiado em notas gramscianas: *Echeverría* (1951), em que recuperava as reflexões de Gramsci sobre o *Risorgimento*. Para Agosti, o processo histórico argentino devia caracterizar-se como uma “revolução interrompida” dada a incapacidade da burguesia em dar resposta ao problema da terra e assim integrar as massas rurais a um projeto nacional.

O fracasso da classe dominante teria arrastado os intelectuais, segundo Agosti, para quem só a Geração de 1837 e, sobretudo, Echeverría, teria sido capaz de pensar o problema da formação nacional depois da Independência. Tratava-se da primeira obra latino-americana que estabelecia uma relação de analogia com a situação italiana a partir dos processos históricos analisados por Gramsci. Através da obra de Echeverría, Agosti realizava inflexão sobre o modelo stalinista, baseado na caracterização feudal das formações latino-americanas e no etapismo que dominava a política comunista (Löwy, 2012, p. 12). Este modelo combinava a crença na “revolução democrática burguesa” com um militante anti-imperialismo, o que truncava a possibilidade de teorização – aliava, de modo paradoxal, um modelo de transformação social baseado em pressupostos europeus a uma “ideologia do específico” que, como argumenta Terán, propiciava a “articulação da Argentina com a América Latina e a desconfiança ante os dados provenientes da cultura europeia” (Terán,

2007, p.7-8). Essas primeiras edições da obra gramsciana estão subordinadas à interpretação de Gramsci como um filósofo e crítico literário, no qual a dimensão estritamente política tinha peso secundário. Segundo Coutinho, as edições esgotaram-se com lentidão e dificuldade e a presença na produção intelectual brasileira daqueles anos foi praticamente inexistente ou, em poucos casos, “subterrânea” (Coutinho, 1993 [1985], p.104).

⁶ Neste quadro instável e turbulento, o pensamento de Gramsci recebeu os mais diversos usos (cf. Bianchi, 2007).

⁷ Que já havia publicado em 1950 as *Cartas de la cárcel*.

2013 [1991], p. 139). Agosti, por sua vez, reivindicava o caráter universal do pensamento europeu e de seus processos de transformação, chamando a atenção para as “peripécias particulares” do país (Petra, 2017, p. 263).

Nesse sentido, uma teoria do “paralelismo histórico”, baseado na grande semelhança entre o processo cultural argentino e o italiano, constituiria o programa político intelectual de toda a obra de Agosti (Altamirano, 2013, p. 189). Dado que o pensamento originado na Europa estaria *necessariamente* “deslocado” nos países atrasados, a função das elites ilustradas seria justamente estabelecer sobre cada terreno nacional as causas concretas que determinavam essa “anomalia”. O caráter irreduzível do problema argentino e os pressupostos universais dos moldes teóricos europeus constituíam o nó fundamental (Agosti, 1951, p. 13).

A dinâmica entre problema nacional e teoria de matriz europeia assumiu uma forma polêmica em Agosti, conforme atestam seus leitores.⁸ Pois, se por um lado, recorreu à situação italiana através da analogia com a realidade argentina e reafirmou a universalidade da teoria marxista; por outro, buscou sistematicamente chamar a atenção para as peculiaridades do país. A despeito das contestações, Agosti de fato assumiu um lugar peculiar em meio ao ambiente cultural argentino dos anos 1950, ao possibilitar a introdução do pensamento de Gramsci junto a um projeto de “interpretação realista”⁹ das questões locais, sem rechaçar o caráter universal dos processos de transformação social de origem europeia. Segundo este artigo busca argumentar, é justamente o reconhecimento de uma determinada similaridade histórico-cultural junto ao foco voltado para as particularidades nacionais os precedentes mais importantes do que, mais tarde viria a ser o projeto dos gramscianos argentinos, que buscaram traduzir a realidade argentina e latino-americana em nexos nacional e mundial.

Vale destacar que os comunistas argentinos em meados dos anos 1950 compartilhavam de um trauma internacional aberto com as denúncias de Nikita Krushchov acerca dos crimes de Stálin no XX Congresso do Partido Comunista, que havia acentuado um processo de “desestalinização” iniciado com a morte do ditador em 1953. Com uma saída que repercutiria entre os comunistas argentinos e brasileiros, Palmiro Togliatti e o PCI propuseram, nesse contexto, que o comunismo deveria explorar rumos ou vias nacionais, renunciando a qualquer intento de unificação em um único centro. No geral, os latino-americanos aceitaram de bom grado a tese sobre uma via pacífica ao socialismo e definiram que nos países dependentes a contradição principal era a que opunha a totalidade do povo ao imperialismo estadunidense e seus agentes internos, responsáveis pelas sobrevivências feudais e pelo atraso econômico.

No caso argentino, o efeito mais imediato aos episódios de 1956 veio à tona com a enorme perda de credibilidade sofrida pelos intelectuais comunistas, que precisavam urgentemente expandir suas organizações na composição de frentes e desempenhar algum papel na política de unidade nacional em que o partido voltava a embarcar. Desde então, e ao menos por uma década, por caminhos mais ou menos oblíquos, os intelectuais comunistas embarcaram em um processo de reconsideração de suas funções, tradições e estruturas. Além do abalo com as denúncias contra Stalin, os argentinos tinham que enfrentar outro trauma, neste caso particularíssimo – o peronismo.

A década “justicialista” que se concluiu em 1955 com a derrubada de Perón, um governante que parecia imbatível nas urnas, não alterou imediatamente a visão que havia forjado o grupo dirigente do PCA, que permaneceu confiante de que os trabalhadores se alinhariam “pouco a pouco em direção à sua vanguarda” (Altamirano, 2013, p. 180). Para os comunistas, portanto, a situação que emergia com o derrocamento de Perón não estava clara. Anteriormente, haviam se declarado contrários à saída golpista e, frente ao novo governo, oscilariam entre um apoio condicionado e a oposição. Entre 1955 e 1958, o PCA buscará, portanto, escapar à clivagem peronismo/ anti-peronismo. Junto ao impulso antiliberal, Agosti inscreverá o projeto de distinguir entre uma tradição liberal e outra democrática na história argentina, mais uma vez apoiado sobre a cultura italiana, em referência a De Sanctis – lido através de Gramsci e de Togliatti – e sua diferenciação entre liberdade formal e material. *El mito liberal* e *Nación y cultura*, ambos de 1959, buscaram recuperar um filão da tradição democrática encarnado em Echeverría, Moreno ou Sarmiento, para assinalar que seriam em realidade figuras de ruptura com a tradição liberal oligárquica e oficial (Terán, 2013 [1991], p. 101).

⁸ O que se verifica no confronto entre Aricó (2005 [1988]) e Massholder (2014) sobre o sucesso ou não do recurso crítico à obra de Gramsci para a análise da história argentina. Para Massholder (2014), Agosti possuiria uma leitura de Gramsci diferente, mas não menos importante daquela levada a cabo por Aricó, embora este seja considerado um de seus “discípulos”. Este fato, somado à *Campaña Echeverriana*, é considerado central para entender a sua particularidade e importância no ambiente cultural e político de esquerda na Argentina.

⁹ Cf. *Defensa del realismo*, 1945.

Foi neste contexto que, através de artigos publicados no *Cuadernos de Cultura*¹⁰ – a publicação cultural dos comunistas sob direção de Agosti –, se amadurecia a hipótese da situação italiana e sua atmosfera fascista¹¹ ser “algo análoga” à situação argentina, em especial na compreensão do fenômeno peronista.¹² Para o projeto de renovação teórica, Agosti não podia contar com seus velhos interlocutores que, por sua formação, pouco podiam aportar à definição de uma linha teórico-política que permitisse aos comunistas estabelecer-se com um espaço diferenciado no campo cultural argentino (Petra, 2017, p. 316). Por isso, rodeou-se de jovens como Juan Carlos Portantiero e os cordobeses José María Aricó e Hector Schmucler. Agosti estava consciente de que estava em curso um novo acomodamento do campo ideológico e político e buscou articular uma resposta dentro do partido. Entretanto, conviviam na figura de Agosti gestos de heterodoxia, na abertura ao marxismo italiano e às inquietações dos mais jovens, e de ortodoxia, na indisposição a levar adiante questionamentos que pudessem comprometer aspectos nodulares da cultura política e tradição marxista na qual havia se formado.

A relação entre Agosti e a nova geração de inspiração gramsciana sob sua liderança encontraria uma situação limite com o debate aberto por Oscar Del Barco acerca da “concepção de objetividade” na obra de Gramsci, publicado no número 59 dos *Cuadernos de Cultura*. Tratava-se de um debate filosófico que, por sua vez, tinha uma motivação política clara – “forçar a abertura de espaços para uma reflexão mais ajustada aos novos ventos que sopravam a partir da crítica kruschoviana à era stalinista e, na América Latina, a partir da Revolução Cubana” (Burgos, 2004, p.53). O ensaio fazia uma exposição crítica do “materialismo metafísico”, presente no manual de sociologia de Bukharin e defendia uma “solução” ao problema a partir do conceito gramsciano de objetividade (Del Barco, 1962, p. 36-37). Barco se distanciava das teorias leninistas do reflexo, ou seja, da ideia de que a consciência humana ao conhecer a realidade que lhe é exterior refletiria no pensamento essa realidade.

Uma nota ao final do ensaio resguardava o comitê de redação e indicava que haveria uma resposta.¹³ Nos próximos números da revista, se deu um “ajuste de contas” com as posições gramscianas presentes nos próprios textos do PCA e que poderiam conduzir à negação do “materialismo” (Olivieri, 1962, p.29-30). Isto significava, na língua comunista da época, que conduziriam inevitavelmente para fora do partido (Burgos, 2004, p. 58). No número 63 dos *Cuadernos de Cultura*, a direção do partido encerrou a discussão com a publicação conjunta de uma réplica de Del Barco e de uma crítica institucional que requisitava do cordobês “uma autocrítica militante” (ibid., p. 59). Um mês antes da publicação deste número, se lançava em Córdoba o primeiro número de *Pasado y Presente – revista trimestral de ideologia e cultura*, ainda como parte de um movimento de renovação partidária e transformação interna liderado por Agosti, e que reunia além de Del Barco, Samuel Kieczkovsky, Héctor Schmucler e José Aricó. Seguindo pistas de Agosti e aprofundando a crítica de Del Barco, a primeira edição foi lançada com um editorial assinado por Aricó. O conteúdo da revista não foi bem recebido pelo PCA e o grupo liderado por Aricó em Córdoba e por Portantiero em Buenos Aires foi expulso do partido em 1963 (Burgos, 2004, p.72).

No editorial que abre *Pasado y Presente*, Aricó traçava um panorama das revistas culturais argentinas, que cumpririam na sociedade moderna “um papel semelhante ao do Estado ou dos partidos políticos” (Aricó, PyP.1, 1963, p. 9). Nesta linhagem, à qual se pretendia dar continuidade, estariam *Nosotros, Revista de*

¹⁰ Criada em 1950 por iniciativa de Rodolfo Ghioldi, Hector Agosti participa da direção desde 1952, junto a Julio Luis Peluffo e Roberto Salama. Ao longo dos primeiros quinze anos, a centralidade temática da literatura na revista foi total (Petra, 2017, p. 135). Até os primeiros anos da década de 1960, quando se produziram as discussões que terminaram com a expulsão dos discípulos de Agosti que passaram a editar em Córdoba a revista *Pasado y Presente*, foram as polêmicas literárias as que definiram o campo de conflito entre os intelectuais comunistas (ibid., p. 137).

¹¹ Segundo Aricó, dois artigos se destacariam nesse sentido. O primeiro seria o de Fabrizio Onofri, em “Exame de consciência de um comunista”, sobre a difícil iniciação de um intelectual que, nos anos do fascismo, tentava se ligar ao povo e que finalmente obtinha sucesso por meio do Partido Comunista (Aricó, [1985] 1993, p.33). Para Aricó, foi irresistível identificar na atmosfera própria do fascismo do qual falava Onofri os “duros anos do primeiro governo peronista” (ibid., p. 33). Já o segundo ensaio era o de Togliatti, “O antifascismo de Antonio Gramsci”, que além de dispor de uma reconstrução do pensamento e da ação de Gramsci antes de sua detenção, teria apresentado “problemas similares aos nossos” (ibid., p. 33).

¹² Desde o princípio, segundo relata Altamirano, socialistas e comunistas identificaram os signos do fascismo na iniciativa que, desde o interior de um regime militar nacionalista, começava a disputar a orientação dos sindicatos. Ao longo dos anos 1940 os comunistas passam da fórmula “nazi-peronismo” ao apontamento mais ponderado de “elementos fascistas no poder” e, depois de 1952, a buscar uma aproximação ou mesmo unidade ao peronismo (Altamirano, 2013, p. 25-28).

¹³ “Os conceitos apresentados neste ensaio desencadearam discussões na redação de *Cuadernos de cultura* e no Comitê de Estudos Filosóficos do Partido Comunista, para o qual foi devidamente encaminhado. Portanto, consideramos conveniente encarregar uma resposta de um membro da referida comissão, que publicaremos em uma edição futura da revista” (*Cuadernos de Cultura*, 1962, n. 59, p. 41).

Filosofia, Martin Fierro, Claridad e Sur, com destaque para *Contorno*,¹⁴ considerada a “revista mais avançada do que se pode chamar esquerda independente argentina” (Aricó, PyP.1, 1963, p. 10).

Embora levassem adiante uma série de questões colocadas por Agosti no debate cultural argentino e também pelos intelectuais de *Contorno*, os intelectuais vinculados à revista gramsciana se viam em um contexto intelectual marcado pela ausência de uma tradição que não estivesse associada, por um lado, às vertentes nacional-populares e, por outro, ao discurso marxista-leninista. Os primeiros se fundamentavam no argumento da “excepcionalidade” da realidade nacional e os segundos tinham no marxismo uma verdade universal, para o qual a realidade não podia ser “senão a manifestação de tal verdade, um mero epifenômeno” (Aricó, 2005 [1988], p.99). Isto teria justificado, sob o olhar posterior de Aricó, o deslumbramento com o qual ele e seus pares receberam as propostas políticas e estratégicas elaboradas pelos comunistas italianos – com destaque às Teses de Lyon:

Ali havia uma maneira de situar-se frente aos problemas, uma forma de construir a ação política que nós devíamos de algum modo adotar. É verdade que em tudo isto houve de nossa parte muita ingenuidade, limites teóricos e inexperiência política, mas devemos recordar o fato de que estávamos frente à necessidade de desandar um caminho para recorrer outros sem nenhum mestre que nos guiara, sem tradições para nos apoiar, sem uma corrente ideal ou suficientemente ampla e diferenciada como para corrigir na própria ação política uma inexperiência que nos era congênita (ibid., p.101).

Eles tinham encontrado no marxismo italiano, particularmente em Gramsci, um ponto de apoio, uma base sólida a partir da qual podiam se estabelecer sem abrir mão dos ideais socialistas.¹⁵ Ao longo dos anos 1960, os argentinos gramscianos aprenderam a língua italiana, leram a obra de Gramsci, traduziram-na e publicaram um abundante material interpretativo que chegou a eles a partir da Itália. Já no primeiro exemplar, a seção intitulada “Polemica” apresentava traduções de Aricó para sete artigos originalmente publicados na revista *Rinascita*, de junho-novembro de 1962, voltados a questões filosóficas do marxismo e escritos por figuras importantes do ambiente intelectual e político italiano do PCI. Ao todo, se somaram 15 traduções da língua italiana na trajetória da revista.

Sobressai-se, dentre todos os intelectuais que circularam nestas publicações, a presença marcante de Aricó, que contribuiu em maior número, com seis artigos à revista, além de grande parte das traduções, seguido de Portantiero, Schmucler e Oscar del Barco com quatro artigos cada. Os nove números da primeira fase da revista argentina *Pasado y Presente* foram lançados de modo trimestral entre 1963 e 1965, sendo os dois últimos publicados entre abril e dezembro de 1973. Organizada em seções dedicadas a problemas teóricos e do mundo contemporâneo, de intervenção conjuntural e de crítica, trinta por cento de todo material publicado na primeira fase da revista foi composto por traduções. Este movimento de ideias acompanhou a observação de uma série de fenômenos que se encontravam anteriormente “fora de lugar” na esquerda argentina: a questão dos intelectuais, da cultura, da relação entre Estado, nação e sociedade e do papel do partido dentro de um bloco de forças populares.

3. **GRAMSCI E O COMUNISMO BRASILEIRO: A FORMAÇÃO DE PRESENÇA**

Em nível diferente do caso argentino, a crise do stalinismo no Brasil também foi acompanhada pela influência do comunismo italiano, conforme se vê nos informes de Togliatti, e nas resoluções do comitê central

¹⁴ Integravam a revista David e Ismael Viñas, Ramón Alcalde, León Rozitchner, Noé Jitrik, Juan José Sebreli.

¹⁵ Gramsci acompanhou, de certa forma, a invasão do neorealismo filmico na Argentina, e através de algumas publicações, do Cinema Novo em especial. Aricó e seus colegas acompanharam as discussões italianas sobre estética e problemas culturais. Leram Vittorini e puderam reconstruir na *Cronache di poveri amanti* de Pratolini a tragédia que o fascismo significou para o mundo popular, subalterno. Traduções de Attilio Dabini lhes permitiram descobrir Carlos Levi, e seu *Cristo si è fermato a Eboli* lhes evocou a existência, em seu próprio país, de povos que se apegavam com dignidade a suas culturas primitivas (Aricó, 2005 [1988], p. 94).

do PCI, publicados na *Voz Operária*,¹⁶ o que pode ter sido “o elemento inicial de maior estímulo à reflexão no interior do PCB”, segundo Santos (1988, p. 100).¹⁷ Ainda sem uma teorização sobre o país urbanizado e moderno dos anos 1950, a proposição que abre o texto de 1958 rompia com a visão do país como uma formação estagnada:

Modificações importantes têm ocorrido, durante as últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado (...). Nos quadros dessa estrutura atrasada, foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Esse desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas (PCB, *Voz Operária*, 1958¹⁸).

Sob distintos ângulos, a “Declaração” de 1958 foi vista como ponto de inflexão da cultura comunista no Brasil. Entendida como início de uma “primeira renovação pecebista” (Santos, 1988), só então o PCB passava a reconhecer que o capitalismo de fato se desenvolve, que o faz por trilhas não previstas e que, com ele, se afirmaria uma tendência democratizante do regime político (PCB, *Voz Operária*, 1958). Conforme sublinhou Gildo Marçal Brandão, a partir daí o partido começou a distinguir entre Estado, regime e governo, reconheceu a complexidade das bases de sustentação do Estado, a pluralidade dos interesses nele representados, a sua autonomia relativa e traçou uma linha de conduta que evitava tomar o governo e as “classes dominantes” como um mesmo bloco (Brandão, 1997, p.244-245). Na visão dos comunistas, caberia a tarefa de intensificar o apoio aos “setores progressistas” e derrotar os “entreguistas” (Santana, 2001, p. 93).

A “Declaração de 1958”, embora lançasse as bases de uma estratégia democrática, não teria sido suficiente para fundar uma nova teoria do Brasil, “arrojada o bastante para reavaliar a visão niilista – tanto do capitalismo e do liberalismo como da democracia – que marca a ação política e a reflexão teórica de esquerda no país” (Brandão, 1997, p. 246). Mesmo após 1958, prevaleceu a defesa de uma revolução anti-imperialista e antilatifundiária, a qual deveria contar com o apoio de uma burguesia progressista (Bianchi, 2016, p. 121). Apesar de assumir que entre o proletariado e a burguesia haveriam interesses contraditórios, a declaração afirmava:

O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista (PCB, *Voz Operária*, 1958).

Combinava-se, portanto, um aspecto conciliatório – predominante na esfera do movimento operário, a fim de manter a luta dentro dos limites da reivindicação econômica – a um aspecto combativo, reservado à luta contra o capital estrangeiro, à política externa e à reforma agrária (Schwarz, 2008, p. 73). Baseados nessa perspectiva dualista, os comunistas brasileiros foram “atropelados” pelos acontecimentos de 31 de março de 1964, que mostravam que a burguesia brasileira não possuía interesse algum em uma “revolução nacional e antifeudal” (Bianchi, 2016, p. 121). Junto às denúncias contra Stálin, o Golpe de 1964 conformou um trauma particular aos

¹⁶ Em lugar do desencanto a ser abafado pela firmeza diante das “intriças imperialistas”, o PCI verá o XX Congresso como um estímulo para sair da passividade, do burocratismo e do formalismo dos muitos anos de stalinismo (Ver, por exemplo, *Voz Operária* de 21/04/1956).

¹⁷ Registre-se também a troca de correspondências de comunistas brasileiros, como Astrojildo Pereira e Caio Prado Jr., com Hector Agosti – pode-se observar que recebiam regularmente os *Cuadernos de Cultura* nos anos 1950 e que, por isso, conheciam Gramsci (Secco, 2002, p. 26; Pericás, 2016, p.63-64)..

¹⁸ Declaração Sobre a Política do PCB - *Voz Operária*, 22-03-1958. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acesso em 9/12/2019.

comunistas brasileiros. Só mais de um ano depois o partido lançaria as bases da resistência ao regime: reorganização dos quadros, acúmulo de forças, unidade de oposições e luta política (não armada).¹⁹ Sem enfrentar o problema teórico-político posto por 1964, esta linha de conduta, aliada à lógica etapista para construir o socialismo, permitiu ao partido fazer amplas alianças em nome de uma “frente única” nacional-popular, tática que se manteve como eixo da resistência comunista ao regime militar e permitiu a constituição de alianças com setores liberais e outras correntes de esquerda entre os anos de 1960 e 1970 (Napolitano, 2013, p. 317).

Apesar de alguns ajustes e vicissitudes, a linha do PCB não mudaria, em linhas gerais, até a crise da ditadura em fins dos anos 1970. Segundo Marcos Napolitano (2013), o resultado dessa conduta teria exacerbado uma característica histórica do partido: “seu esvaziamento progressivo no campo da política, compensado pela presença significativa entre intelectuais e artistas” (ibid., p. 318). É no âmbito cultural que a influência pecebista se mostrou mais forte. No intervalo entre o Golpe de 1964 e a decretação do AI-5 em 1968 – período em que há relativa hegemonia cultural de esquerda no país²⁰ – foram publicadas pela editora Civilização Brasileira, pela primeira vez, as obras de Gramsci no Brasil – espelhando, segundo Coutinho (2007), o clima de “ampliação do marxismo”.

Diferente da Argentina, o movimento de renovação que se observa nesses anos entre os intelectuais comunistas não foi promovido pelo partido que, entretanto, não teria colocado “obstáculos a seu encaminhamento por parte de alguns jovens intelectuais então ligados ao partido” segundo afirmação de um deles, Carlos Nelson Coutinho (2007, p. 154). Este primeiro ciclo gramsciano agiu sobretudo no domínio da cultura, não chegando a disputar a direção do PCB, que continuava a dar a última palavra nas questões propriamente políticas (Coutinho, 2007, p. 155). Adicione-se a edição do AI-5 em 1968, o que explicitaria e daria plena expressão à ditadura imposta em 1964, dando início a uma fase particularmente difícil à reflexão crítica e ao debate político produtivo (Nogueira, [1985] 1993, p. 129). Foi só em meados dos anos 1970, com a crise da ditadura e o fracasso da luta armada, que se abriu um “segundo ciclo gramsciano”,²¹ caracterizado pela forte influência do eurocomunismo de Berlinguer, o secretário-geral do PCI que em 1977 defendera a universalidade da democracia.

Esse ciclo foi marcado pela abertura – antes editorial que política – a interpretações da realidade brasileira por intelectuais pecebistas que utilizavam largamente conceitos gramscianos, particularmente o de revolução passiva. Em 1976, a primeira pesquisa publicada com essas características é a de Werneck Vianna com *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Encarando – finalmente – o trauma de 1964, o livro abordou a modernização capitalista brasileira a partir das categorias de “revolução passiva”, “via prussiana” e “revolução pelo alto”. Lançava-se mão destes conceitos para expressar uma singularidade brasileira – a direção política do processo de modernização não teria sido dirigida pelo “setor agrário mais desenvolvido em termos capitalistas (o agroexportador)”, que foi “desalojado do poder pelo menos desenvolvido” (Vianna, 1978 [1976], p.139). O domínio do aparelho do Estado por parte dessa “elite atrasada” iria lhe facultar um “percurso extremamente rápido no sentido de adoção de novos papéis econômicos, como o do empresário agrícola, do industrial ou do financista” (ibid., p. 139).

No artigo “Cultura e Sociedade no Brasil”, escrito entre 1977 e 1979, Coutinho recorria aos mesmos conceitos para afirmar a tendência objetiva de transformação social no Brasil a se realizar por meio da “conciliação pelo alto”. Neste caso, a referência gramsciana se via também no tratamento de outra questão – os intelectuais. Para ele, o reflexo ideológico da tendência brasileira de “conciliação com o atraso” seria a disposição ao “ecletismo”, ou seja, à conciliação igualmente no plano das ideias. Em sua visão, os intelectuais seriam “pressionados pela situação objetiva a confusas

¹⁹ Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. *Voz Operária*, Suplemento Especial, maio de 1965. Disponível em: <http://www.fundacaoastrojildo.com.br/2015/2019/03/29/os-comunistas-e-o-golpe-de-1964-declaracao-de-maio-1965-do-pcb/>. Acesso em 09/12/2019.

²⁰ Conforme conhecida hipótese de Roberto Schwarz (2008 [1969-70], p. 71-72).

²¹ Del Roio (2011, p.128) chamou a atenção também para o fato do aparecimento da edição crítica dos *Cadernos* organizada por Valentino Gerratana em 1975.

sínteses ecléticas” (Coutinho, 1990, p.48). O argumento seria radicalizado no ensaio “A democracia como valor universal”, o qual toca uma tese especificamente política – a democracia não possuiria um valor apenas instrumental e tático aos socialistas:

A necessidade de que o processo de renovação democrática proceda de “baixo para cima”, consolidando e ampliando suas conquistas através de uma crescente incorporação de novos sujeitos políticos, impõe às forças populares – enquanto método de sua batalha política – a opção por aquilo que Gramsci chamou de “guerra de posição”. [...] A luta pela renovação democrática [...] implica em *conceber a unidade como valor estratégico* (Coutinho, 1979, p.44-45).

Esse ensaio é apontado como um “dos mais polêmicos da história da esquerda brasileira” (Secco, 2002, p. 60) – entendido como cristalização da influência das ideias e posições “italianas” no Brasil e do que Nogueira (1985) chamou de “gramscismo”, entre 1976 e 1982. Segundo Coutinho (2007, p. 161), seria este o ponto de “definitiva ruptura com o ‘marxismo-leninismo’”, no qual passava-se a assumir radicalmente uma reavaliação da “questão democrática”. A expansão da influência gramsciana seguiria com a “diáspora” do grupo de Coutinho (Secco, 2002, p. 61), que seria integrado, nos termos de Santos (1994), pela chamada “corrente renovadora”. A exemplo do que teria sido a “primeira renovação”, a segunda teria sido articulada no interior do PCB entre 1975 e 1980, caracterizada especialmente por defender a democracia tal como vinha se colocando no comunismo italiano (Santos, 1994, p. 37). Não coincidentemente, ocorre em 1976 uma reedição das obras de Gramsci e um *boom* eurocomunista no mercado editorial brasileiro (Nogueira, 1993 [1985], p. 136).

A maioria desses “renovadores” provinha da militância da passagem dos anos 1950 para a década de 1960, como Ivan Ribeiro, Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Aloisio Teixeira, Leo Lince, Maria Lúcia T. Vianna, Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Milton Freitas, mas alguns tinham larga tradição no PCB, como Armênio Guedes (ibid., p. 38). Guedes, que havia integrado o grupo de redação da “Declaração de 1958”,²² foi quem assinou a apresentação do primeiro número de *Presença*, mais de duas décadas depois da “primeira renovação”. No manifesto, chamava a atenção aos laços de continuidade com o passado de publicações brasileiras da cultura comunista, tradição já presente nos anos 1950.²³

As revistas parecem ter sido uma forma mais livre de intervir no debate público, pois não interpelavam diretamente o PCB. São exemplos a *Revista Brasiliense* de Caio Prado Jr. no decênio pós-54, bem como a *Estudos Sociais* de Astrogildo Pereira (cf. Arias, 2005), que circulou de 1956 a 1964 e a prestigiosa *Revista Civilização Brasileira*, de Ênio Silveira, com suas duas fases no longo pós-64. Segundo interpretação de Segatto e Santos (2007, p. 16), depois das dissertações de Caio Prado Jr.,²⁴ só com a hipótese da “via prussiana à brasileira” o tema da democracia política seria equacionado, ecoando o eurocomunismo e de certo modo recobrando, na última fase, a postura dos comunistas na resistência ao regime de 1964. Na esteira desta tradição de publicações comunistas, junto à *Novos Rumos*,²⁵ a revista *Presença* teria surgido como proposta de “*aggiornamento* da cultura de esquerda no Brasil” (Segatto e Santos, 2007, p. 16).

²² Junto a Giocondo Dias, Mário Alves, Alberto Passos, Jacob Gorender, Dinarco Reis e Orestes Timbaúba.

²³ Antes disso, merece destaque a revista *Literatura* de Astrogildo Pereira, fundada em 1946. Foi nela que, segundo Secco, publicou-se o primeiro artigo sobre Gramsci que superava o comentário biográfico: “Um primeiro exemplo de análise da obra gramsciana apareceu em outubro de 1947, quando a revista *Literatura* publicou um artigo de E. Carrera Guerra sobre *As cartas de Gramsci*, avaliando as críticas do comunista italiano a Benedetto Croce” (Secco, 2002, pp. 18-19).

²⁴ Para uma aproximação das teses de Caio Prado Jr. com a perspectiva dos comunistas gramscianos, ver “Uma ‘via não clássica’ para o capitalismo” (Coutinho, 1989).

²⁵ A revista tem continuidade até hoje. Em fins dos anos 1980 e início dos 1990 o projeto, segundo Santos e Segatto (2007), era o de fazer uma ponte entre a renovação do socialismo real no contexto da perestroika e uma atualização do PCB – a qual seria tentada por seu próprio núcleo dirigente, tardiamente em seu IX e último congresso, de 1991.

Maria Alice Rezende de Carvalho, por sua vez, considerou que a perspectiva política evocada por *Presença* fora animada pelos comunistas desde a década de 1920 (Carvalho, 2007, p. 263). A autora defende que, se é certo que a expressão acabada e reflexiva desta tendência só se reconhece a partir da segunda metade da década de 1970 – quando da recepção da obra de Gramsci, não teriam sido poucos os momentos em que: “(...) ou a intuição de seus dirigentes ou a forte inscrição do PCB nos movimentos organizados da sociedade civil brasileira impôs desvios em relação à ortodoxia “terceiro-internacionalista” e inovou a prática política dos comunistas de modo a inscrevê-los no vértice das crises da nossa formação social” (ibid., p. 263).

Editada na sequência do VII Congresso do PCB, quando se deu a marginalização do grupo de “renovadores”, a revista nasceu fora do partido, mas reivindicando duas tradições pecebistas – àquela iniciada em 1958, cujo suporte intelectual se caracterizava pelo reconhecimento da realidade do desenvolvimento capitalista e a assunção da questão democrática – e a de interpelação editorial no debate teórico-político em condição de relativa autonomia às estruturas de direção do partido. A história da circulação das ideias de Gramsci entre os comunistas brasileiros cruza, portanto, as vertentes editoriais e de preocupação com a questão democrática, que a partir dos anos 1970 receberá a incisiva influência “eurocomunista”. Análoga à *Pasado y Presente*, a renovação teórica de *Presença* passava também por traduzir e fazer circular textos do ambiente político italiano.

A *Presença* surgia, assim, como espaço plural e de diversidade teórico-política, como afirmava seu manifesto: “desejamos ardentemente que as ideias e sugestões que enriquecem e alargam os horizontes dos partidários da democracia e do socialismo sejam aqui devidamente acolhidas e valorizadas, independentemente de seus autores ou origem” (Guedes, 1983, p. 8). Os problemas da conjuntura, particularmente a redemocratização; perspectivas críticas sobre a história do PCB e o desejo de renovação da esquerda seriam temas recorrentes na revista, segundo diversas perspectivas.

Ao longo dos 18 números de *Presença*, junto a um enorme número de textos em polêmica com essas ideias, percebe-se um projeto de recuperação da estratégia democrática surgida em março de 1958 entre os comunistas – “a herança que não renunciamos” (Vianna, P. 15, 1990) – junto ao projeto de renovação teórica, que pode ser compreendida em torno do conceito de “revolução passiva”. Em síntese, a tese central era de que a modernização conservadora e a conciliação com o atraso forneceram as chaves para a compreensão de uma tendência da história brasileira e que se confirmaria na conjuntura de então, da transição democrática. A solução não poderia ser dada pelos movimentos sociais, pois não seriam “sujeitos dotados de capacidade de produzir interpelações políticas” (Vianna, P. 5, 1985, p. 46). Este papel estaria reservado aos partidos e aí o ambicioso desafio posto aos comunistas para balizar o que seria a “reinvenção do PCB”.

Permanecendo independentes, a motivação de renovação comunista expressa na primeira *Presença* permaneceria afirmada nos últimos dois números da revista, como vê-se em 1992 nas palavras de Nogueira: “tanto no país dos soviets como no mundo inteiro, as esquerdas e os democratas precisam reinventar a si mesmos, requisito para que novas formações políticas surjam, conquistem as massas e mantenham vivo algum tipo de utopia” (Nogueira, P. 17, 1992, p. 12). A revista concluiria seu percurso de publicação após nove anos consecutivos em junho de 1992. Apesar da vocação pluralista e diversidade de enfoques, é possível visualizar durante a trajetória editorial a continuidade de uma perspectiva calcada no conceito de revolução passiva, cujo principal autor é Werneck Vianna – em torno de suas teses se aglutinaram os polemistas.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTI, H. *Echeverría*. Buenos Aires: Futuro, 1951.
- ALTAMIRANO, C. *Peronismo y cultura de izquierda*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.
- ARIAS, Simone. “Astrogildo Pereira e a revista *Estudos Sociais*”. *Novos Rumos*, ano 20, n.44, 2005.
- ARICÓ, J. Pasado y Presente. *Pasado y Presente*, nº 1, Córdoba, abril-junho de 1963.
- _____. Geografia de Gramsci na América Latina. Entrevista a Hocario Crespo e Antonio Marimón. In: COUTINHO; NOGUEIRA (org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 [1985].
- _____. *La cola del diablo*. Itinerario de Gramsci en América Latina. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2014 [1988].
- BIANCHI, A. Dossiê Gramsci e a política: Apresentação. *Revista de Sociologia e Política*, n.29, p.7-13, 2007.
- _____. Gramsci interprète du Brésil. *Actuel Marx*, v.1, nº 57, 2015.
- _____. Brasil dos Gramscianos. *Critica Marxista*, n. 43, p.117-132, 2016.
- BRANDÃO, G. M. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BURGOS, R. *Los Gramscianos Argentinos*. Cultura y Política en la experiencia de *Pasado y Presente*. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina Editores, 2004.
- CARVALHO, M. A. R. “Breve história do ‘comunismo democrático’”. *Esquerdas no Brasil: Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA et al. *Encontros com a Civilização Brasileira*, v.9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. Uma via “não clássica” para o capitalismo. In: D’INCAO, M.A. (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- _____. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- _____. O Gramsci no Brasil: recepção e usos. In: MORAES, J. Q. *História do marxismo no Brasil*. V. 3 Teoria. Interpretações. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- CORTÉS, M. *Un nuevo marxismo para América Latina: José Aricó: traductor, editor, intelectual*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.
- DEL BARCO, O. Notas sobre Antonio Gramsci y el problema de la "objetividad". *Cuadernos de Cultura* n.59, Buenos Aires, agosto 1962.
- DEL ROIO, M. Nota sobre a trajetória de Gramsci na América Latina. *Critica Marxista*, n.33, p.127-130, 2011.
- GUEDES, A. Um esforço pluralista. *Presença – revista de política e cultura*, n.1, nov. 1983.
- KOHAN, N. *De ingenieros al Che: ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano*. Havana: Instituto Cubano de Investigación Cultural Juan Marinello, 2008.
- KANOUSI, D. Introduzione. In: VACCA; SCHIRRU. *Studi gramsciano nel mondo*. Bologna: Il Mulino, 2011.
- LÖWY, M. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais* (tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges), 3ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.
- MASSHOLDER, A. *El Partido Comunista y sus intelectuales: pensamiento y acción de Héctor P. Agosti*. Buenos Aires: Luxemburg, 2014.
- NAPOLITANO, M. A “estranha derrota”: os comunistas e a resistência cultural ao regime militar (1964-1968). In: NAPOLITANO, M., CZAJKA, R., MOTTA, S., P. R. (org.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- NOGUEIRA, M. A. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO; NOGUEIRA (org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 [1985].
- _____. Fim de uma época. *Presença: revista de política e cultura*, n.17, Rio de Janeiro, nov. 1991.
- OLIVIERI, R. El materialismo dialéctico y la objetividad. *Cuadernos de Cultura*, n. 59, 1962.

- PCB. Declaração Sobre a Política do PCB. *Voz Operária*, Março 1958. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acesso em 9/12/2019.
- _____. Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. *Voz Operária, Suplemento Especial*, maio de 1965 Disponível em: <http://www.fundacaoastrojildo.com.br/2015/2019/03/29/os-comunistas-e-o-golpe-de-1964-declaracao-de-maio-1965-do-pcb/>. Acesso em 09/12/2019.
- PERICÁS, L. B. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PETRA, A. *Intelectuales y cultura comunista*. Itinerarios, problemas y debates em la Argentina de pós-guerra. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2017.
- SANTOS, R. *A primeira renovação pecebista: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- _____. *O pecebismo inconcluso*. Escritos sobre ideias políticas. Rio de Janeiro: Editora Universidade Rural, 1994.
- SCHWARZ, R. Cultura e Política, 1964-1969. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SECCO, L. *Gramsci e o Brasil: Recepção e Difusão de suas Ideias*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SEGATTO, J. A.; SANTOS, R. A valorização da política na trajetória pecebista: dos anos 1950 a 1991. In: Ridente, M., Aarão Reis, D. (org.). *História do marxismo no Brasil*. v.6 Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- TERÁN, O. *Nuestros años sesentas: La formación de la nueva izquierda intelectual argentina, 1956-1966*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.
- VIANNA, L.W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 [1976].
- _____. O moderno na política brasileira. *Presença: revista de política e cultura*, n.5, São Paulo, jan. 1985.